



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



## ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026

O MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS, inscrito no CNPJ nº 17.706.813/0001-02, com sede na Avenida Coronel Araújo Porto, nº 506, Centro, Itamarati de Minas/MG, representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, situada no(a) \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF: \_\_\_\_\_ e RG: \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no(a) \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no Processo nº 057/2026 - Dispensa Eletrônica nº 003/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de Equipamentos de Informática, em atendimento à solicitação das Secretarias Municipais de Turismo e Comércio, de Administração e Planejamento e de Saúde deste Município, nos termos e condições especificadas no Termo de Referência parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 - Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QNTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	[Especificação Item 1]	UN	[Qtd]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
02	[Especificação Item 2]	UN	[Qtd]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
03	[Especificação Item 3]	UN	[Qtd]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]

1.3 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência (Anexo I), o Aviso da Dispensa, a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, e eventuais anexos dos documentos supracitados, todos constantes deste Processo de Licitação nº 057/2026, os quais se complementam mutuamente para a perfeita execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - A prorrogação da vigência do contrato, quando couber, observará os requisitos e os prazos previstos nos arts. 106 a 115 da Lei nº 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais aplicáveis a cada hipótese.

2.3 - O prazo de prorrogação deverá ser formalizado por meio de Termo Aditivo, com fixação expressa da nova data de término do contrato e da respectiva dotação orçamentária.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



## CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam detalhadamente no Termo de Referência (Anexo I), que é parte integrante e inseparável deste Contrato e cuja observância é obrigatória para ambas as partes.

3.2 - A execução do objeto ocorrerá conforme especificado no Termo de Referência, devendo o CONTRATADO observar rigorosamente todas as normas técnicas aplicáveis, as condições de entrega e as exigências de qualidade ali estabelecidas.

3.3 - A fiscalização da execução do contrato será realizada por servidor designado por ato administrativo do CONTRATANTE, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - As regras de subcontratação, quando aplicáveis, encontram-se definidas no Termo de Referência (Anexo I), anexo a este Contrato.

4.2 - Considerando a natureza da contratação (aquisição de bens), NÃO é permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

4.3 - O CONTRATADO permanecerá plenamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, não podendo alegar a transferência de responsabilidade a eventuais subcontratados.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da contratação será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme discriminado no quadro constante do item 1.2 deste Contrato.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, embalagem e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme estabelecido no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - Os preços propostos são fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, salvo as exceções previstas na Cláusula Sétima (Reajuste) deste Contrato.

5.4 - Não haverá cobrança de taxa adicional ou emolumento, direto ou indireto, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE sobre o valor unitário ou total da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos em detalhes no Termo de Referência (Anexo I), anexo a este Contrato, particularmente nos itens 13 a 15 do TR.

6.2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

6.3 - O valor a ser pago será aquele efetivamente fornecido, conforme verificado na liquidação e no recebimento definitivo do objeto.

6.4 - As retenções tributárias e contribuições legais serão realizadas quando do pagamento, nos percentuais estabelecidos pela legislação vigente.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



6.5 - Nenhuma parcela de pagamento será liberada enquanto houver pendência na execução do contrato ou irregularidade na documentação fiscal apresentada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a contratação.

7.2 - Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante requerimento do CONTRATADO, pela aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado dos últimos doze meses anteriores ao pedido, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor calculado com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 - O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato original, dispensada a celebração de aditivo contratual para esse fim, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, concedendo prazo adequado para sua substituição, reparo ou correção, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO, por meio de servidor designado para tal fim;
- e) Comunicar ao CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas em lei e neste Contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- h) Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações, reclamações e questionamentos relacionados à execução do presente Contrato, observado o prazo legal, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo, conforme art. 131 da Lei nº 14.133/2021;
- j) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, de seus anexos e da Lei nº 14.133/2021, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda as obrigações a seguir:

#### 9.2 - Obrigações Gerais

- a) Executar o objeto com eficiência, qualidade, pontualidade e segurança, atendendo às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após notificação formal, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução inadequada ou de materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE;
- d) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, sob pena de rescisão contratual;
- e) Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos e dados obtidos em decorrência do cumprimento do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização para fins diversos daqueles objetos da contratação;
- f) Ceder ao MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

#### 9.3 - Obrigações Trabalhistas e Sociais

- a) Responsabilizar-se pelo cumprimento integral das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato;
- b) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
- c) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- e) Treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando cabível.

#### 9.4 - Obrigações Administrativas





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



- a) Entregar os equipamentos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em condições de uso, novos, originais de fábrica, adequadamente embalados e acompanhados de documentação pertinente;
- b) Apresentar Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente em conformidade com os dados do CONTRATANTE, sem erros ou omissões, para fins de liquidação e pagamento;
- c) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS ou por seus prepostos, garantindo-lhes acesso, a qualquer tempo, aos dados e documentos relativos à execução do contrato;
- d) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução do objeto;
- e) Comunicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas a impossibilidade de cumprir os prazos estabelecidos, para análise de eventual requerimento de prorrogação;
- f) Arcar com todas as despesas de frete, seguro, embalagem original, transporte e quaisquer outros custos relacionados à entrega dos equipamentos no endereço indicado pelo CONTRATANTE.

### 9.5 - Obrigações Financeiras e Fiscais

- a) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo MUNICÍPIO, o CONTRATADO deverá entregar, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação, os documentos constantes do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, incluindo: Prova de regularidade com a Seguridade Social; Certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União; Certidões de regularidade perante Fazenda Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- b) Manter todos os valores fiscais declarados na proposta, não cabendo cobrança de taxas adicionais ou revisões unilaterais após aceitação da proposta.

9.6 - O CONTRATADO que deixar de cumprir qualquer uma das obrigações previstas nesta Cláusula estará sujeito às penalidades administrativas estabelecidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do procedimento licitatório ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

10.4 - O CONTRATADO deverá informar à Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação que venham a ser celebrados, que possam impactar no cumprimento das obrigações relacionadas à LGPD.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescrita essas obrigações.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



10.6 - O CONTRATADO deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, quando cabível.

10.7 - O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo MUNICÍPIO, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1 - As regras referentes à exigência de garantia contratual da execução encontram-se definidas no Termo de Referência (Anexo I), anexo a este Contrato.

11.2 - Conforme estabelecido no Termo de Referência, não será exigida garantia de execução para este contrato, considerando a natureza simples da obrigação (aquisição de bens) e o pagamento condicionado ao recebimento definitivo do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156, observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da referida Lei.

12.2 - As sanções administrativas são: (I) Advertência; (II) Multa; (III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; e (IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 - As infrações e sanções administrativas encontram-se também definidas em tópico específico do Termo de Referência (Anexo I) e no Aviso de Dispensa.

12.4 - A CONTRATADA declara ter plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas na lei e no aviso da dispensa.

12.5 - Especificamente, serão aplicadas as seguintes multas por descumprimento contratual:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamentos, calculado sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do item não entregue ou entregue em desconformidade com as especificações, em caso de inexecução parcial.

12.6 - As multas serão descontadas do pagamento devido ou cobradas diretamente do CONTRATADO, administrativa ou judicialmente.

12.7 - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



13.2 - Na hipótese de extinção, aplicam-se ainda os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas aplicáveis.

13.6 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.

13.7 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

13.8 - Quando se tratar de contrato por escopo, o contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS, para o exercício atual, na seguinte classificação:

### **Ficha 53 | 04.122.0001.2003/449052 | Equipamentos e Material Permanente**

14.2 - As dotações orçamentárias relativas aos exercícios financeiros subsequentes, caso haja prorrogação da vigência contratual, serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária Anual respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2 - O CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem na aquisição de bens, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.4 - É assegurado à CONTRATADA o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos dos arts. 124, 125 e 131 da Lei nº 14.133/2021, observado o preço inicialmente contratado e a equação que embasou a proposta vencedora.

16.5 - O CONTRATADO poderá solicitar a revisão dos valores contratados sempre que ocorrer fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, ou ainda em casos de força maior ou caso fortuito, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021, que venha a impactar a equação econômico-financeira originalmente estabelecida, devendo apresentar justificativa técnica e comprovação documental do desequilíbrio alegado.

16.6 - O pedido de reequilíbrio deverá ser formulado por escrito, instruído com documentos hábeis a demonstrar a ocorrência do evento superveniente e seu impacto nos custos da execução contratual.

16.7 - A Administração analisará o pedido de revisão no prazo legal máximo de 30 (trinta) dias, podendo solicitar informações adicionais, realizar diligências ou determinar perícia técnica, se necessário, devendo fundamentar sua decisão em parecer técnico e/ou jurídico.

16.8 - Reconhecido o desequilíbrio, a Administração promoverá a recomposição da equação econômico-financeira por meio de aditivo contratual ou apostilamento, conforme apropriado, assegurando a continuidade da execução do objeto.

16.9 - Não se admitirá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro por fatos decorrentes de má gestão, erro de cálculo, omissão ou risco assumido pela própria CONTRATADA, ou ainda quando não comprovado o efetivo impacto na execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1 - Incumbirá ao MUNICÍPIO DE ITAMARATI DE MINAS divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em observância ao art. 8º, parágrafo 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 - Este Contrato integra-se com o Processo Administrativo nº 057/2026 e todos os seus anexos, que dele são inseparáveis e complementares.

19.2 - A Administração não será responsável por eventuais pedidos de reequilíbrio não fundamentados em fatos supervenientes e imprescindíveis ao cumprimento do contrato.

19.3 - Qualquer indulgência demonstrada pelo CONTRATANTE com respeito a cumprir quaisquer das condições não deve ser considerada como renúncia dos direitos do CONTRATANTE.

19.4 - Todas as disposições desta Minuta de Contrato, incluindo as cláusulas, obrigações e demais instruções constantes, deverão ser rigorosamente observadas pelo CONTRATADO.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itamarati de Minas/MG, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

---

**CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA**

Prefeito do Município de Itamarati de Minas

---

**REPRESENTANTE LEGAL**

Razão Social da Empresa

## TESTEMUNHAS

Ass.: _____	Ass.: _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____